



**CURSO NA MODALIDADE PRESENCIAL**

**CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE JUIZES SUBSTITUTOS DO PODER  
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ**

**ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ**

---

**Programa de Formação Inicial/ Carreira da Magistratura do TJPA**

**Belém – PA**

**01 de setembro de 2015 a 26 de fevereiro de 2016**



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N<sup>o</sup>: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Instituição de realização:** Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará.

**Direção da Escola:** Desembargadora Luzia Nadjá Guimarães Nascimento.

**Categoria/natureza:** Formação Inicial.

**Curso:** Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos do Poder Judiciário do Estado do Pará.

**Data de envio para o credenciamento:** 10 de julho de 2015

**Data e forma de inscrição:** será automática desde que estejam na condição de empossados no cargo de juiz substituto.

**Data da realização:** 01 de setembro de 2015 a 26 de fevereiro de 2016

**Modalidade:** Presencial.

**Carga horária:** 575h/a.

**Público:** Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Pará.

**Número de participantes:** 90 (noventa)

**Número de turmas:** 02 (duas)

**Local:** Sala 02 na ESMPA.

**Equipe da Escola Responsável**

**Responsável pelo projeto:** Juiz Caio Marco Berardo.

**Coordenação pedagógica:** Equipe da Divisão Pedagógica.

**Desenvolvimento (execução):** Equipe do Departamento Acadêmico.

**2. EMENTA**

Origem e Teoria do Poder Judiciário. Ética e Deontologia da Magistratura. Relações Interpessoais e interinstitucionais. Difusão da cultura de conciliação como busca da paz social. Técnicas de conciliação e mediação e psicologia judiciárias. Direitos Humanos. Impacto econômico e social das decisões judiciais. Elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências. Administração judiciária e gestão processual. Gestão de pessoas e administrativa. Atuação judicante.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



### 3. JUSTIFICATIVA

O perfil do Curso de Formação Inicial - “Carreira da Magistratura do TJPA” baseia-se na atual sistemática traçada pela ENFAM e respeita fielmente as diretrizes básicas dispostas na Resolução 11, de 07 de abril de 2015, bem como as Resoluções Nº 3, de 04 de dezembro de 2013, e Nº. 4, de 07 de fevereiro de 2014, ambas da ENFAM.

Tais diretrizes se sustentam no tripé fundamental mencionado nessa mesma Resolução no. 11 da ENFAM que se resume na produção e difusão de conhecimentos e na visão integral do magistrado e não somente em ações educacionais.

Com base no parágrafo único do artigo 4º. da Resolução Nº 3 optou-se por uma formação baseada em estudo de caso e, sempre que possível, com a participação de equipes multidisciplinares formada por profissionais como psicólogos, pedagogos, psiquiatras e outros especialistas.

De forma específica a elaboração deste plano é baseada no conteúdo do curso “Planejamento de Ensino no Contexto da Magistratura”, ministrado pela ENFAM.

Ancora-se, ainda, na diretriz curricular da Escola local, que propõe o tratamento de temas teóricos relativos a matérias jurídicas e disciplinas afins, bem como situações práticas da atividade judicante peculiares do Estado do Pará.

A ação educacional é concebida no intuito de acolher e proporcionar aos magistrados recém-empossados ao TJPA a ambientação necessária a uma atuação segura no início da carreira no Tribunal de Justiça, o desenvolvimento dos conhecimentos e as habilidades em relação à realidade jurisdicional do TJPA e seu contexto social, bem como aprimorar os seus conhecimentos nas diferentes áreas do Direito.

O curso é estruturado em 575 horas-aula de formação, distribuídas ao longo de sete meses letivos e se caracteriza por articular a teoria à prática laboral dos magistrados participantes.

A carga horária atende às diretrizes curriculares da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), cujo mínimo é de 240 horas, sendo ao máximo 120 horas/mês, conforme artigo 2º.

*Art. 2º. A carga horária mínima do curso oficial para ingresso na carreira da magistratura é de 240 (duzentos e quarenta) horas-aula, observado o prazo máximo de 1 (um mês) para cada 120 (cento e vinte) horas.*

Por sua vez, como o conteúdo programático mínimo deverá abranger as matérias elencadas no artigo 5º., ficam reservadas para estas 240 horas, com as seguintes disciplinas:



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento Nº: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signaex/signa-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



origem e teoria do Poder Judiciário; deontologia da magistratura; ética; relações interpessoais e interinstitucionais; elaboração de decisões e sentenças; realização de audiências; administração judiciária, incluindo gestão processual, de pessoas e administrativa; capacitação em recursos da informação; difusão da cultura de conciliação como busca da paz social; técnicas de conciliação e psicologia judiciárias; e, impacto econômico e social das decisões judiciais.

Além disso são ministradas disciplinas de ordem prática voltadas a atuação cotidiana do magistrado.

Por fim, os temas abordados convergem na busca pela integração dos magistrados às atividades diárias da magistratura, além de proporcionar-lhes a fundamentação multidisciplinar necessária para enfrentar os desafios que o pluralismo jurídico e a complexa rede de problemas que afligem nossa sociedade impõem na atualidade.

No âmbito legal, o legislador pátrio, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, reconhece e impõe a necessidade de se preparar os julgadores para o exercício de suas funções logo após o ingresso na carreira:

*Art.93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...] IV – previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.*

Ademais, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, além de suas competências legais, tem como missão precípua “Proporcionar à sociedade paraense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social”. Para atingir tal desiderato, a capacitação dos magistrados, a ele vinculado, é medida que se impõe, por ser um instrumento comprovadamente eficaz e imprescindível.

Assim sendo, não apenas para se capacitar, mas também como uma obrigatoriedade constitucional, o magistrado deve realizar ações de capacitação, como o curso ora delineado.

#### **4. OBJETIVOS DA AÇÃO EDUCACIONAL**

##### **4.1 Objetivo geral**



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



Desenvolver os conhecimentos e habilidades do magistrado em relação à realidade jurisdicional do TJPA e seu contexto social, bem como aprimorar os conhecimentos nas diferentes áreas do saber, de forma a contribuir para sua atuação profissional com maior segurança e eficiência.

#### 4.2 Objetivos específicos

- Integrar o Magistrado no mundo jurídico dando-lhe ciência de seus deveres e obrigações bem como de sua missão;
- Apontar os fundamentos multidisciplinares inerentes às diferentes áreas do Direito;
- Analisar as bases doutrinárias dos principais autores do juspositivismo e do positivismo acerca dos métodos de construção da decisão judicial;
- Analisar a influência de diferentes premissas constitucionais, econômicas, sociológicas, psicológicas, filosóficas e éticas na aplicação do Direito;
- Explorar as relações propícias aos ambientes corporativos e institucionais, dada a natureza social do serviço que o Poder Judiciário presta à comunidade;
- Relacionar-se com respeito recíproco, escuta ativa, transparência, imparcialidade, debate produtivo com os demais sujeitos intervenientes na jurisdição, como partes, membros do Ministério Público, advogados, procuradores e servidores;
- Demonstrar conhecimentos e habilidades em relação à elaboração de decisões, sentenças, realização de audiências e técnicas de mediação e de conciliação;
- Propor soluções para os casos concretos vivenciados no Tribunal, a partir dos conteúdos e práticas aprendidos;
- Conduzir audiências adotando postura de respeito, de autoridade e de cortesia de acordo com as circunstâncias, prezando pela atitude humanista com o jurisdicionado e ética com advogados e membros do MP;
- Descrever o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em termos da sua gestão administrativa e gestão de pessoas;
- Gerir a respectiva unidade judiciária, de acordo com a ordem de prioridade dos processos, domínio dos mecanismos de racionalização e recursos da informação internos e externos;
- Proporcionar a utilização do Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e utilização de sistemas de gerenciamento de procedimentos: Sistema de Gestão do Processo Judicial, sistemas LIBRA, Projudi, Siga-doc e THEMA e PJe, utilizados no âmbito do TJPA;



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento Nº: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



**5. ESTRUTURA DO CURSO (disciplina/ carga horária)**

O Curso de Formação Inicial para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado do Pará será composto de uma aula inaugural (tratativas do curso), 15 disciplinas com conteúdo predominantemente teórico e 18 atividades judicantes com conteúdo prático, nos seguintes termos:

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
<b>I-A - Disciplinas Teóricas</b> (Conteúdo programático mínimo da ENFAM)	122 h/a
<b>I-B - Disciplinas Práticas</b> (ligadas diretamente ao conteúdo mínimo da ENFAM)	165h/a
<b>II – Disciplinas Interativas e de Ambientação</b>	68 h/a
<b>III- Disciplinas Práticas</b>	220 h/a
<b>TOTAL</b>	<b>575h/a</b>

**DISCIPLINAS TEÓRICAS: TEMAS CONSTANTES DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº3, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013.**

<b>IA- A Disciplinas Teóricas</b> (Conteúdo programático mínimo da ENFAM)*	<b>122 h/a</b>
1. Origem e Teoria do Poder Judiciário*	16h/a
2. Deontologia da Magistratura*	10h/a
3. Ética*	10 h/a
4. Relações Interpessoais e interinstitucionais*	15h/a
5. Difusão da cultura de mediação e conciliação como busca da paz social *	12 h/a
6. Direitos Humanos: fundamentos, introdução ao sistema internacional de proteção; Políticas Raciais e combate ao racismo; violência de gênero	15 h/a
7. Impacto econômico e social das decisões judiciais*	12h/a
8. Temas de Direito Processual Civil	16h/a
9. Temas de Direito Processual Penal	16h/a
<b>TOTAL</b>	<b>122h/a</b>

Obs: Conteúdo programático mínimo da ENFAM 75h/a\*



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento Nº: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL
<b>IB - Disciplinas</b> (Conteúdo programático mínimo da ENFAM)	<b>165h/a</b>
10. Técnicas de conciliação e mediação e psicologia judiciárias*	50h/a
11. Elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências*	44h/a
12. Administração judiciária e gestão processual, Gestão de pessoas e administrativa. *	36h/a
13. Capacitação em recursos da informação*	35h/a
<b>TOTAL</b>	<b>165h/a</b>

Obs: Conteúdo programático mínimo da ENFAM 165h/a \*

#### DISCIPLINAS TEÓRICAS: TEMAS ESPECIFICOS DE INTERESSE DO PODER JUDICIÁRIO DO PARÁ

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
<b>II - Disciplinas Interativas e de Ambientação</b>	<b>68h/a</b>
14. Estrutura e Funcionamento do TJPA Presidencia/Corregedorias/Secretarias -	40 h/a
15. Atividade Notarial, Registral e a Fiscalização nas Comarcas	10 h/a
16. Sistema Penitenciário e Prisional no Pará Visita a Penitenciária Masculina Visita a Penitenciária Feminina	4h
17. Interatividade com outras Instituições	4h
18. Projetos do Tribunal de Justiça Ribeirinho Cidadão, Verão Com Justiça, Feiras e outros	4h
19. Midia e Relações com a Imprensa	6h
<b>TOTAL</b>	<b>68h/a</b>

#### DISCIPLINAS PRÁTICAS

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
<b>III - Disciplinas Práticas (Prática Judicante)<sup>1</sup></b>	<b>220h/a</b>
20. Prática do Juiz Cível	
21. Prática do Juiz Criminal;	

<sup>1</sup>No que concerne às disciplinas práticas se resumirão na atuação de elaboração de sentenças de preferência em regime de mutirão, em locais previamente organizados, e realizações de audiências em unidades previamente estabelecidas tudo de forma monitorada e supervisionada pelos juízes orientadores.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



22. Diretoria de Fórum e Plantões de 1ª Instância	
23. Prática do Juiz de Família	
24. Prática do Juiz de Infância e Juventude	
25. Atuação na Vara da Fazenda Pública	
26. Atuação na Vara de Falências e Recuperações Judiciais;	
27. Atuação na Vara de Registros Públicos;	
28. Atuação na Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do PA;	
20. Atuação na Auditoria Militar do PA;	
30. Atuação no Tribunal do Júri;	
31. Atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
32. Atuação na Vara de Crime Organizado	
33. Atuação na Vara de Juizados Cíveis	
<b>TOTAL</b>	<b>220h/a</b>

## 6 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO:

### 6.1 Metodologia

A proposta metodológica deverá focar em métodos que primem pela participação dos cursistas, com momentos de interação e atividades colaborativas que permitam a reflexão sobre a prática judicante e o protagonismo do magistrado respaldado na ética e no compromisso social de seu saber-fazer. Isso deverá ocorrer com estratégias que englobem problematização da realidade na qual o aluno está situado, uso integrado de métodos expositivos, interrogativos e ativos, com os quais o educando deixa de ser visto como sujeito passivo e passa a atuar ativamente, com autonomia e protagonismo no próprio processo de desenvolvimento educacional. Nessa linha metodológica, a ideia é que o curso seja desenvolvido com a adoção de estratégias de ensino que possibilitem a integração e colaboração entre os participantes no sentido da reflexão-ação-reflexão, com vistas a estimular o trabalho em equipe, a resolução de problemas, a reflexão, a tomada de decisão e a relação entre os conceitos teóricos e a prática do trabalho jurisdicional.

Para isso, os docentes, na função de facilitadores, deverão desenvolver planos de aula com atividades que prezem a relação teórico-prática, inserindo atividades e exemplos que situem o aluno no contexto das instituições de formação profissional de magistrados. Tal procedimento é relevante para que os sujeitos educacionais possam, de forma autônoma, produzir novas sínteses e, assim, novos conhecimentos. Como finalidade a busca de uma aprendizagem efetiva para o desenvolvimento das competências, habilidades, atitudes e conhecimentos que serão exigidos do magistrado ingressante no exercício de suas funções.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55





## 6.2 Estratégia de Ensino: Métodos, Técnicas e Atividades

Como estratégia de ensino propõe-se um planejamento global mantendo uma coerência entre a metodologia adotada e os objetivos pretendidos.

Como é sabido a estratégia compreende a adoção de métodos, técnicas e atividades, sendo o método a integração das técnicas utilizadas.

Não obstante a importância dos professores que se destacam mais no método expositivo, opta-se pela prevalência da utilização da metodologia ativa na qual o aluno é o centro.

Conforme a ENFAM<sup>2</sup> a exposição aberta ou dialogada, estratégia indicada para a formação dos magistrados, ao invés da simples exposição, trouxe um avanço para o processo de ensino e aprendizagem, pois garante a interação professor-aluno e aluno-aluno.

Com isso, o foco passa a ser o aluno e como ele aprende. O professor que apresenta postura dialógica com a classe considera os interesses e necessidades daqueles alunos naquele local e momento histórico. O aluno passa a ser mais ativo e a desenvolver a capacidade de reflexão.

Recomenda-se a utilização método interrogativo, baseado nas idéias de Sócrates (maieutica socrática), é um método clássico de formação por meio do qual o professor apresenta questões orientadas que permitem ao aluno refletir sobre os próprios conhecimentos e chegar a uma resposta por ele mesmo.

No intuito de preparar o magistrado para iniciar suas atividades serão empregadas de forma prioritária técnicas de simulação com preferência para utilização do estudo de caso e da problematização baseada no arco de Maguerez



<sup>2</sup> Curso de Planejamento de Ensino no Contexto da Magistratura – Fundamentos e Práticas Metodológicas – Módulo III



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N<sup>o</sup>: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



Além das técnicas de aulas expositivas dialogadas e do estudo de caso, serão utilizados os debates, as discussões dirigidas, os estudos de textos teóricos, os trabalhos em grupo (Phillips 66), as visitas técnicas supervisionadas, entre outros.

### 6.3 Recursos Didáticos

Como recursos didáticos serão utilizados projetor de multimídia, quadro branco, flipchart, filmes, internet, entre outros.

### 6.4 Eixos Pedagógicos: Módulos do Curso

O curso será dividido em três módulos, sendo um teórico, um interativo e de ambientação e o outro prático. No primeiro módulo, serão trabalhados os fundamentos para a atividade jurídica, a partir dos temas propostos pela ENFAM e disciplinas complementares, totalizando 287 horas. No segundo temas específicos da Justiça Estadual do Pará, com carga de 68 horas. O terceiro módulo é voltado para a atividade prática jurisdicional no contexto geral do cotidiano de um Magistrado, possuindo 220 (duzentos e vinte) horas.

## 7. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Não se pode deixar de frisar a importância do processo de treinamento para o desenvolvimento dos indivíduos e das organizações. Por isso, é imprescindível a avaliação dos resultados dos esforços de treinamento, com a finalidade de confirmar que ambos, os objetivos da organização e do treinamento, foram alcançados, ou seja, o treinamento foi eficaz.

O método de avaliação seguirá o modelo dinâmico inclusivo, baseado na confecção de diagnóstico democrático. Tomando em conta a ausência de caráter classificatório da etapa, deve se evitar o exame de questões pontuais e seletivas que tendem a uma conclusão antidemocrática.

Além das avaliações atinentes as disciplinas, propõe-se assim uma sistemática composta de avaliação inicial intermediária e final. A inicial consiste em um exame de aptidão vocacional por equipe multidisciplinar apontada parágrafo único do artigo 4º da Resolução da ENFAM que servirá de base comparativa para a conclusão final.

No mais, o sistema de avaliação que será utilizado no curso em comento, encontra-se em conformidade com a Resolução nº 3, anexo 2, da ENFAM.

### 7.1 Dos Participantes



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



### 7.1.1 Frequência

No que se refere à frequência, será exigida do aluno magistrado ingressante frequência integral (cem por cento) às atividades constantes nesse projeto, sendo admitidas apenas as faltas autorizadas pela legislação vigente.

A ata de frequência será recolhida 15 (quinze) minutos após o início das aulas em cada turno, sendo que atrasos superiores deverão ser justificados em formulário próprio e submetidos à coordenação da respectiva unidade de estudo.

### 7.1.2 Avaliação de Expectativas de Novo Juiz:

Identifica as expectativas dos novos juizes em relação ao curso de formação e atendimento de tais expectativas ao final do curso. Esta avaliação será composta por duas etapas: a primeira etapa (identificação das expectativas) será aplicada na palestra inaugural, a qual será proferida pelo Desembargador Presidente deste Poder, no início do curso de formação. A segunda etapa será aplicada ao término do curso de formação inicial.

### 7.1.3 Avaliação de Aprendizagem de cada Unidade de Estudo:

Identifica o grau de aprendizagem do aluno magistrado ingressante e a aquisição de capacidades, tendo por base os objetivos específicos explicitados em cada unidade de estudo.

Esta avaliação será aplicada ao longo de cada unidade de estudo, utilizando e os instrumentos de avaliação da aprendizagem como: estudo de caso, registros reflexivos, resenha crítica, atividades práticas, entre outros. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido. Da mesma forma, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. A cada avaliação deverá ser emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

### 7.1.4 Avaliação do Módulo Prático

A avaliação do módulo prático será por meio do acompanhamento por Juiz orientador-tutor, que considerará os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, o desempenho, a assiduidade, a pontualidade, a postura, o relacionamento interpessoal, o interesse e a participação. Ao final, o Juiz orientador-tutor, preencherá relatório de avaliação apropriado, atribuindo em conjunto com a coordenação responsável pelo módulo um dos conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente. O magistrado ingressante deverá selecionar e



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



apresentar a Diretoria de Formação, Vitaliciamento e Aperfeiçoamento de Magistrados decisões e sentenças exaradas durante a prática jurisdicional para composição do portfólio individual.

## **7.2 Do Curso:**

### **7.2.1 Avaliação de Reação de Cada Unidade de Estudo**

Ao final de cada unidade de estudo, serão realizadas avaliação de reação, tendo por base os aspectos abaixo discriminados. Também serão utilizados os conceitos ótimo, bom, regular e insuficiente, como aferição dos referidos aspectos.

### **7.2.2 Avaliação da Unidade de Estudo e Docente pelo aluno Magistrado:**

Serão avaliados, ao menos, os seguintes aspectos:

#### *a) No Tocante a Unidade de Estudo:*

1. Temas desenvolvidos em profundidade condizente com os objetivos do curso;
2. Carga horária adequada ao desenvolvimento dos temas;
3. Materiais de apoio condizentes com o desenvolvimento dos temas;
4. Integração dos participantes de modo a proporcionar efetivo cumprimento de atividades.

#### *b) No Tocante ao Docente:*

1. Domínio do conteúdo;
2. Capacidade de comunicação;
3. Relação da teoria com o exercício profissional;
4. Qualidade do material didático utilizado;
5. Otimização do tempo de aula na transmissão do conteúdo;
6. Estímulo ao aprendizado e incentivo às atividades complementares.

#### *c) No Tocante a Escola da Magistratura:*

1. Apoio técnico, pedagógico e administrativo para informações gerais, inscrições, resolução de pendências, entre outros;
2. Condição de uso e limpeza das instalações (sala de aula, banheiros, corredores, etc.);
3. Condição de uso dos equipamentos (projektor de multimídia, computadores, etc.);
4. Postura do coordenador logístico (atenção, cortesia, disposição e disponibilidade em atender as necessidades do grupo).

### **7.2.3 Instrumentos de Acompanhamento Pedagógico:**



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



No tocante ao acompanhamento pedagógico, serão utilizados: eixos pedagógicos- unidades de estudo.

### 7.3 Portfólio de Acompanhamento Pedagógico:

O Portfólio é uma ferramenta pedagógica, sistematizada e organizada, onde serão registrados os trabalhos desenvolvidos pelo aluno magistrado no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. É um instrumento reflexivo que agrega valor ao processo educativo, haja vista que, de um lado, leva o discente a refletir sobre o processo de construção e apreensão de novos conhecimentos e, de outro, auxilia os docentes/coordenadores no acompanhamento desse processo.

No que se refere ao curso de Formação Inicial para Magistrados 2015, oferecido pela Escola da Magistratura do TJP, o portfólio de acompanhamento pedagógico será a coleção de documentos, avaliações, relatórios de atividades práticas, registros de visitas, decisões e sentenças exaradas durante a prática jurisdicional, entre outros, que serão produzidos ao longo do curso em comento. Seu objetivo é permitir o acompanhamento da evolução do processo de formação, tanto pelo magistrado ingressante, como pelos docentes, coordenadores e Diretoria de Formação, Vitaliciamento e Aperfeiçoamento de Magistrados. Este acompanhamento ocorrerá de forma individualizada e continuada ao longo de todo o curso.

Ao final do curso de formação, o magistrado ingressante receberá uma cópia de todo o material recebido, tendo a oportunidade de elaborar a versão final de seu portfólio, o qual será entregue a Escola da Magistratura.

## 8 DETALHAMENTO DAS DISCIPLINAS/UNIDADES DE ESTUDO

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>1-ORIGEM E TEORIA DO PODER JUDICIÁRIO</b>	16 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Decidir conforme as bases doutrinárias dos principais autores do juspositivismo e do positivismo acerca dos métodos de construção da decisão judicial, considerando a realidade sócio-econômica regional e local;	
Exercer a função judicante a partir da concepção interdisciplinar e multidisciplinar relações jurídicas;	
Atuar com base nos Princípios de Bangalore sobre a Conduta Judicial	
<b>EMENTA</b>	
A visão de Montesquieu; A visão de Maquiavel; Tradições culturais e religiosas conforme apêndice dos Comentários aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial (Publicado pelo Conselho de Justiça Federal dentro das ações do programa de cooperação institucional firmado pelo Conselho da Justiça Federal por intermédio do	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em [https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade](https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/)  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



Centro de Estudos Judiciários com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), com o objetivo de promover a formação profissional, almejando que todos, servidores e magistrados, cultivem os mais elevados padrões de ética e justiça).

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I- A visão de Montesquieu: Teoria da separação dos poderes: conceito, formalismo e funcionalismo. Os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. As técnicas de controle como corretivos para o rigor e rigidez da separação de poderes. Composição dos poderes estatais no Brasil

II- A visão de Maquiavel: A teoria política e a concepção de Estado em O Príncipe.

III- Tradições culturais e religiosas conforme apêndice dos Comentários aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial: O Antigo Oriente Médio, Lei Hindu, Filosofia Budista, Lei Romana, Lei Chinesa, Lei Africana, Lei Judaica, Cristianismo e Lei Islâmica.

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como técnicas de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas, como também, debates (8h/a) e estudo dirigido (8h/a) a ser realizado em grupo, considerando a ocorrência do fato real, a relevância do fato e a necessidade de uma descrição minuciosa, após os alunos apresentarão o caso refletindo as questões propostas pelo professor.

No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, pincel e julgados.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

DA UNIDADE DE ESTUDO: Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

DOS PARTICIPANTES: Elaboração de um registro reflexivo individualmente, com o mínimo de 03 (três) e o máximo de 08 (oito) laudas, que será avaliado pelo docente responsável pela unidade de estudo, considerando, além do conteúdo e da aplicabilidade do conhecimento adquirido, os aspectos de pontualidade, assiduidade, relacionamento interpessoal, interesse, postura e participação nas atividades presenciais da classe, atribuindo-se um conceito: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

Loiane Prado Verbicaro

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Doutora em Filosofia do Direito pela Universidade de Salamanca (2014), Mestre em Direitos Fundamentais e Relações Sociais pela Universidade Federal do Pará (2006), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (2011), Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (2004), Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário do Pará.

#### BIBLIOGRAFIA

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 16ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009. (Capítulo 10)

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe: com as notas de Napoleão Bonaparte/Maquiavel; tradução de J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. 3ª edição revisada da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de, 1689-1755. O Espírito das Leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes/Montesquieu; introdução, tradução e notas de Pedro Vieira Mota. 8ª edição revista. São Paulo: Saraiva, 2004.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880





**ARTIGO ON-LINE:**

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de Estado e de Poder Político em Maquiavel. Tempo de Ciência (13) 25: 117-128. e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/Comentários aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial (<http://www.cnj.jus.br/noticias-gerais/8513-acordo-entre-cnj-e-nacoes-unidas-para-combater-crime-organizado-e-corrupcao>)

<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/outras-publicacoes>

**ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:**

Acervo das bibliotecas do Tribunal de Justiça do Pará e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>2 –DEONTOLOGIA DA MAGISTRATURA</b>	10 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Refletir acerca das regras deontológicas voltadas à Magistratura e dos princípios ético-atuação jurisdicional, com ênfase nos Princípios de Bangalore e no Código de Ética da Magistratura; Aplicar os valores éticos profissionais e pessoais, favorecendo o fortalecimento da instituição judiciária Relacionar-se com respeito recíproco, escuta ativa, transparência, imparcialidade, de produtivo com os demais sujeitos intervenientes na jurisdição, como partes, membro Ministério Público, advogados, procuradores e servidores.	
<b>EMENTA</b>	
Princípios de Bangalore. O Código de Ética da Magistratura. As prerrogativas do cargo e o abuso no seu exercício e fora dele.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
1-Princípios de Bangalore - valores: independência, imparcialidade, integridade, idoneidade, igualdade, competência e diligência; 2-O Código de Ética da Magistratura: disposições gerais; independência; imparcialidade; transparência; integridade pessoal e profissional; diligência e dedicação; cortesia; prudência; sigilo profissional; conhecimento e capacitação; dignidade, honra e decoro; disposições finais; 3- As prerrogativas do cargo e o abuso no seu exercício e fora dele. 3.1. Independência do Juiz (casuística pertinente). 3.2. Imparcialidade do Juiz: A luta contra as idiosincrasias (casuística pertinente). 3.3. A transparência e o princípio da publicidade. 3.4. Vida privada e integridade do magistrado: dignidade, honra e decoro. 3.5. Diligência e dedicação (casuística pertinente). 3.6. A cortesia e urbanidade. 3.7. A prudência do magistrado. 3.8. Conhecimento e capacitação. 3.9. Pontualidade e dever de fiscalização dos prazos processuais.	
<b>METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO</b>	
Como técnicas de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas (2h/a), bem como estudo dirigido (3h/a), a ser realizado em grupo, considerando a ocorrência do fato real, a relevância do fato e a necessidade de uma descrição minuciosa, após os alunos apresentarem o caso refletindo as questões propostas pelo professor. No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, pincel e julgados.	
<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO</b>	
DA UNIDADE DE ESTUDO: Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

DOS PARTICIPANTES: Elaboração de um registro reflexivo individualmente, com o mínimo de 03 (três) e o máximo de 08 (oito) laudas, que será avaliado pelo docente responsável pela unidade de estudo, considerando, além do conteúdo e da aplicabilidade do conhecimento adquirido, os aspectos de pontualidade, assiduidade, relacionamento interpessoal, interesse, postura e participação nas atividades presenciais da classe, atribuindo-se um conceito: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

José Edílzimo Eliziário Bentes

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Desembargador do Tribunal do Trabalho

#### BIBLIOGRAFIA

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Poder dos Juízes. São Paulo: Saraiva: 1996.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. São Paulo: RT, 1997.

NALINI, José Renato (Org.). Curso de Deontologia da Magistratura. São Paulo: Saraiva, 1992.

#### LINKS:

Comentários aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial (<http://www.cnj.jus.br/noticias-gerais/8513-acordo-entre-cnj-e-nacoes-unidas-visa-combater-crime-organizado-e-corrupcao>)

Código de Ética da Magistratura

(<http://www.cnj.jus.br/codigo-de-etica-da-magistratura>)

ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA: Acervo das bibliotecas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>3- ÉTICA</b>	10 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Compreender a função e a importância da dimensão ética para o exercício da atividade judicante; Analisar a ética como elemento imprescindível para a ciência e para a sociedade; Decidir com base em valores humanistas e agir de acordo com fundamentos éticos	
<b>EMENTA</b>	
Estudos de Aspectos éticos relacionados a casos concretos decididos no âmbito jurisdicional e administrativo disciplinar; Humanismo como pressuposto da ética: O problema do homem e sua centralidade. Intersubjetividade e reconhecimento recíproco; O Juiz e seu agir ético na relação com o outro e no ato de julgar; O ser e parecer ético.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
-Estudos de Aspectos éticos relacionados a casos concretos decididos no âmbito jurisdicional e administrativo disciplinar; -Humanismo como pressuposto da ética; -O problema do homem e sua centralidade; -Intersubjetividade e reconhecimento recíproco; - O Juiz e seu agir ético na relação com o outro e no ato de julgar: a ética como elementos formadores da decisão judicial, além dos deveres éticos do magistrado para com os servidores, as partes, os advogados e os membros do Ministério Público;	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55





-O ser e parecer ético.
<b>METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO</b>
Como técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas (2h/a), como também, debates e estudo dirigido (3h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.
<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO</b>
DA UNIDADE DE ESTUDO: Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.
DOS PARTICIPANTES: Elaboração de um registro reflexivo individualmente, com o mínimo de 03 (três) e o máximo de 08 (oito) laudas, que será avaliado pelo docente responsável pela unidade de estudo, considerando, além do conteúdo e da aplicabilidade do conhecimento adquirido, os aspectos de pontualidade, assiduidade, relacionamento interpessoal, interesse, postura e participação nas atividades presenciais da classe, atribuindo-se um conceito: ótimo, bom, regular ou insuficiente.
<b>DOCENTE</b>
José Edílzimo Eliziário Bentes
<b>SÍNTESE DO CURRÍCULO</b>
Desembargador do TRT.
<b>BIBLIOGRAFIA</b>
ADEODATO, João Maurício. Ética e Retórica: para uma teoria da dogmática jurídica. São Paulo: Saraiva, 2002.
BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2005.
NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. São Paulo: RT, 2006.
NEVES, Marcelo. "A Interpretação Jurídica no Estado Democrático de direito". GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago. Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo: Malheiros, 2001.
ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA: Acervo das bibliotecas do Tribunal de Justiça do Pará e Internet

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>4- RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INTERINSTITUCIONAIS</b>	15h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Compreender os conceitos do debate e da crítica dos temas relativos às relações interpessoais e seus problemas nos contextos institucionais; Conhecer o funcionamento das instituições que atuam em parceria com o Poder Judiciário com ênfase nas competências dos vários órgãos e prerrogativas de seus integrantes, para um trabalho cooperativo.	
<b>EMENTA</b>	
I- ( <b>Relações Interpessoais</b> ): relações sociais e profissionais nos ambientes corporativos e institucionais e função social da prestação do serviço jurisdicional. Habilidades sociais para a promoção de integração e cooperação em ambientes de trabalho. Modelos contemporâneos de gestão de pessoas. Habilidades decisórias, interpessoais e de comunicação. II- ( <b>Relações Interinstitucionais</b> ): Relações do Poder Judiciário com os demais Poderes e suas instituições (Ministério Público, Tribunal de Contas, etc.) e com	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



a sociedade organizada, imprensa, representações sociais e de mercado, como também com os usuários do serviço público, advogados e Membros do Ministério Público.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### I- (Relações Interpessoais)

1. Habilidades sociais para a promoção de integração e cooperação em ambiente de trabalho.
2. Modelos contemporâneos de gestão de pessoas no intento de descobrir lideranças e democratizar as relações sociais.
3. Habilidades decisórias: razão, visão e intuição como recursos de liderança.
4. Habilidades interpessoais: gestão da influência e do poder.
5. Habilidades de comunicação.

##### II- (Relações Interinstitucionais):

1. Ministério Público e Advocacia – Funções essenciais à Justiça
2. Ministério Público
  - 2.1. Garantias e prerrogativas constitucionais
    - 2.1.1. Vedações constitucionais
  - 2.2. Missão constitucional
  - 2.3. Princípios institucionais
  - 2.4. Lei Orgânica do Ministério Público – aspectos destacados
  - 2.5. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina – aspectos destacados
  - 2.6. O Promotor de Justiça e o Juiz – processo de ambiência
3. A Advocacia
  - 3.1. Garantias constitucionais
  - 3.2. Estatuto da Advocacia – aspectos destacados
  - 3.3. Código de Ética dos Advogados – aspectos destacados
  - 3.4. O Advogado e o Juiz – processo de ambiência
  - 3.5. A Advocacia
4. O Poder Judiciário e suas relações com o Poder Executivo e Legislativo
  - 4.1- A noção do princípio da separação dos Poderes
  - 4.2- O princípio fundamental da inafastabilidade da prestação jurisdicional – CF, art. 5º, inc. XXXV

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas, como também, debates (6 h/a); estudo dirigido (4h/a); estudo de caso (5h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

DA UNIDADE DE ESTUDO: Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

DOS PARTICIPANTES: Elaboração de um registro reflexivo individualmente, com o mínimo de 03 (três) e o máximo de 08 (oito) laudas, que será avaliado pelo docente responsável pela unidade de estudo, considerando, além do conteúdo e da aplicabilidade do conhecimento adquirido, os aspectos de pontualidade, assiduidade, relacionamento interpessoal, interesse, postura e participação nas atividades presenciais da classe, atribuindo-se um conceito: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTES



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



Desa Luzia Nadja Guimarães Nascimento  
Manoel de Christo Alves Neto

**SÍNTESE DO CURRÍCULO**

Luzia Nadja Guimarães Nascimento  
Diretora-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará  
Ex-Presidente do TJPA  
Manoel de Christo Alves Neto  
Professor Adjunto I da Universidade da Amazônia (UNAMA), das disciplinas Direitos Humanos e Cidadania; Psicologia Familiar; Pesquisa Intervenção em Psicologia Social Comunitária. Mestre em Educação pela Universidade da Amazônia (1998). Especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Regional de Psicologia PA-AP. Tem Formação em Psicodinâmica dos Grupos - Abordagem Grupo analítica. É Psicólogo concursado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**BIBLIOGRAFIA**

**I- Relações Interpessoais:** CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos. Editora Atlas.  
\_\_\_\_\_. Gestão de Pessoas. Editora Elsevier.  
FRITZEN, Silvino José. Relações humanas interpessoais. Editora Vozes.  
KOLB, David A. et all. Psicologia organizacional: uma abordagem vivencial. Editora Atlas.  
STONER, A. F. et FREEMAN, R. Edward. A Administração. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora.  
TAKAMORI, Jorge Tukio. Dinâmica das relações interpessoais. Editora Alínea.  
**II- Relações Interinstitucionais:**  
BEMFICA, Francisco Vani. O Juiz, o Promotor, o Advogado: seus poderes e devedores. Rio de Janeiro: Forense, 1995.  
CARLIN, Volnei Ivo. Deontologia Jurídica: ética e justiça. 4 ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.  
DALLARI, Dalmo de Abreu. O poder dos juízes. São Paulo: Saraiva, 1996.  
FARIA, José Eduardo (Org.). A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: UNB, 1988.  
FARIA, José Eduardo. Função social do judiciário. São Paulo: Ática, 1994.  
FERRAZ, Roberto. A função política do judiciário e o conteúdo político da Constituição. Revista de Estudos Tributários. Porto Alegre: IOB. V. 1, n.1, mai/jun-1998. p. 128-136.  
GOMES, Luiz Flávio. A dimensão da magistratura: no Estado Constitucional e Democrático de Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.  
GRUBER, Rosicléia. Manual estatutário e ético do advogado. Curitiba: Juruá, 1998.  
LEAL, Roger Stiefelmann. A judicialização da política. Revista dos Tribunais. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 7 – n.29 – outubro-dezembro/1999. P 230-237.  
MAZZILLI, Hugo Nigro. Regime Jurídico do Ministério Público: análise da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.  
NALINI, José Renato (Coord.). Uma nova ética para o juiz. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.  
PASSOS, Fernando. Acesso à Justiça e o modelo e administração da Justiça: papel da Advocacia, do Ministério Público e da Magistratura. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 9 – n. 37- outubro-dezembro de 2001.p. 64-83.  
SANTOS, Célio Jacinto dos. Sigilo profissional do advogado: análise à luz do direito à investigação e da legalidade. Revista Jurídica Consulex. Ano IX – n. 201 – 31 de



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



maio/2005. p. 30-32.

SODRÉ, Ruy de Azevedo. A Ética Profissional do Advogado. 4 ed. São Paulo: LTr, 1991.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. Poderes éticos do juiz: a igualdade das partes e a repressão ao abuso no processo. Porto Alegre: Fabris, 1987.

VIVEIROS, Estefânia. A Advocacia, o Ministério Público e o Judiciário. Revista Jurídica Consulex. Ano IX – n. 201 – 31 de maio/2005. p. 28.

**Acesso à Bibliografia indicada:** Biblioteca do Tribunal de Justiça / Internet / Outros.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>5- DIFUSÃO DA CULTURA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO BUSCA DA PAZ SOCIAL.</b>	12 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Praticar técnicas de conciliação e mediação Exercer a função judicante a partir da concepção interdisciplinar e multidisciplinar das relações jurídicas; Propor soluções para os casos concretos vivenciados no Tribunal, a partir dos conteúdos e práticas aprendidos.	
<b>EMENTA</b>	
Análise do panorama sobre o gerenciamento de programas autocompositivos no Poder Judiciário. Apresentação dos métodos autocompositivos de resolução de disputas. Estudo dos fundamentos da negociação aplicados ao processo de mediação, suas fases e procedimentos autocompositivos. Discussão sobre a importância do magistrado para o sucesso dos programas de resolução apropriada de disputas nos tribunais – papel, formação e formas de atuação. As Centrais de Conciliação do Pará. O tratamento do conflito e as possibilidades de gestão/resolução oferecidas pelo Estado-Juiz; (b) encontrar/aprimorar alternativas para a jurisdicionalização dos conflitos, demonstrando como a intervenção de terceiro pode ocorrer sem que haja postura judicatória; (c) fundamentação teórica sobre a mediação e conciliação; (d) estudar o conflito como fenômeno natural em relacionamentos saudáveis ou funcionais, apresentando as possibilidades positivas de tratamento/resolução; (e) enfrentar as principais características de cada processo heterocompositivo e autocompositivo e suas ferramentas conciliatórias; f) apresentar sugestões de implementação dos projetos e programas voltados aos meios alternativos de resolução de conflitos.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O tratamento do conflito e as possibilidades de sua gestão/resolução oferecidas pelo Estado-Juiz;</li> <li>- A busca de alternativas para a jurisdição, demonstrando como a facilitação por terceiro pode ocorrer sem que haja postura judicatória;</li> <li>- Apresentação de fundamentação teórica sobre o papel do mediador;</li> <li>- Estudo de medidas para a promoção da conciliação ética e pacificadora;</li> <li>- Estudo do conflito como fenômeno natural em relacionamentos saudáveis ou funcionais, apresentando as possibilidades positivas de tratamento/resolução;</li> <li>- Enfrentamento das principais características de cada processo heterocompositivo e autocompositivo e suas ferramentas conciliatórias;</li> <li>- A teoria dos jogos e as técnicas autocompositivas;</li> <li>- Modernas teorias de resolução de conflito e seus reflexos na autocomposição;</li> <li>- Exemplos da transformação de processos destrutivos de resolução de disputas em</li> </ul>	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



processos construtivos por meio de técnicas de comunicação emotiva/não violenta/conciliatória;

- As possibilidades autocompositivas e heterocompositivas de tratar os conflitos (autotutela, conciliação, negociação, mediação, arbitragem e jurisdição);
- Técnicas de composição de conflitos - abordagem direta – negociação;
- Discussão sobre a importância do magistrado para o sucesso dos programas de resolução apropriada de disputas nos tribunais – papel, formação e formas de atuação;
- O Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos do TJPA: Centrais; Câmaras e Serviços de Conciliação; Mediação e Arbitragem; Casas de Justiça e Cidadania; Programa Justiça Comunitária, este integrado por Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania.

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como estratégia de ensino, será utilizado o estudo de casos concretos e problematização (4h/a). No tocante a técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas, interativas e dialogadas, o estudo de textos teóricos, bem como, debates sobre o conteúdo ministrado (4h/a) e audiência simulada (4h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

Maria Zuila Lima Dutra

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Mestre em Direitos Fundamentais e Relações Sociais. Especialista em Direito das Relações Sociais. Juíza Federal do Trabalho Titular da 5ª Vara de Belém. Professora de Direito Processual do Trabalho da Universidade da Amazônia e do Curso de Especialização do Centro de Ensino Superior do Amapá. Ex-professora de Direito e Processo do Trabalho da Escola de Magistratura do Amapá. Instrutora do curso de Execução Trabalhista e Treinamento Novos Magistrados do TRT 8ª Região e para Oficial de Justiça Avaliador; Integrante da Comissão de elaboração da Revista do E. TRT da 8ª Região. Ex-Integrante do Conselho Consultivo da Escola da Magistratura Trabalhista do E. TRT da 8ª Região (EMATRA VIII). Integrante de comissões



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signaex/signa-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signaex/signa-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



examinadoras de provas de vários concursos para provimento do cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, inclusive como Presidente. Autora do livro "Meninas Domésticas, Infâncias Destruídas: legislação e realidade social", que publicado pela e de diversos artigos publicados na Revista do TRT da 8ª Região e outros periódicos nacionais. Integrante da Comissão formada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, responsável pela padronização da Justiça do Trabalho no Brasil.

#### BIBLIOGRAFIA

AMATO- Homero S. Como Negociar. São Paulo: STS, 2002.  
 CAETANO, Luiz Antunes. Arbitragem e Mediação. São Paulo: Atlas, 2002.  
 FIORELLI, Malhadas e Moraes. Psicologia na mediação: Inovando a gestão de conflitos interpessoais e organizacionais. São Paulo: Ltr, 2004.  
 MOORE, Christopher W. O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: Artmed, 1998.  
 NAZARETH, Eliana R. A prática da mediação. In. PEREIRA, R. C. Família e Cidadania. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2002.  
**ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:**  
 Acervo das bibliotecas da Escola Judicial e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>6- DIREITOS HUMANOS: FUNDAMENTOS E INTRODUÇÃO AO SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO; POLÍTICAS RACIAIS COMBATE AO RACISMO</b>	15 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Aplicar a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito da Justiça estadual Analisar as políticas raciais relacionando-as entre os diferentes grupos sociais e étnicos. Decidir com fundamento na moderna compreensão das questões de gênero	
<b>EMENTA</b>	
Fundamentos dos Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção. Análise das relações étnico-raciais no Brasil, estudadas a partir de aspectos conceituais, históricos e políticos. Propõe de forma crítica a articulação entre o referencial teórico e a possibilidade de inclusão da cultura negra como paradigma das decisões judiciais.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
Fundamentos dos Direitos Humanos. Sistema Internacional de Proteção. Aplicação e efetividade dos Direitos Humanos no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Aplicação da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário Estadual. Constituição Federal de 1988; O reconhecimento dos direitos coletivos das minorias étnicas no Brasil.; Termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais: identidade, identidade negra, raça, etnia, racismo, etnocentrismo, preconceito racial, discriminação racial, democracia racial; Desafios e possibilidades de inclusão da cultura negra como paradigma nas decisões judiciais.	
<b>METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO</b>	
Como técnica de ensino, será utilizada a aula expositiva e dialogada sobre o tema em pauta (10h/a) e estudo de caso (5h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia.	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em [https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade](https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/)  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55





**SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

**DOCENTES**

Elder Lisboa Ferreira da Costa  
Paulo de Tarso Dias Klautau Filho  
Zélia Amador de Deus

**SÍNTESE DOS CURRÍCULOS**Elder Lisboa Ferreira da Costa

Juiz do TJEP. Doutor pela Universidade de Salamanca, Espanha. Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Professor de Direito Eleitoral e de Direito Penal.

Paulo de Tarso Dias Klautau Filho

Doutor em Filosofia e Teoria Gerla do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. MAster of Laws pela New York UNiversity, Mestre em Direito Pela Universidade Federal do Pará. Procurador do Estado do Pará.

Zélia Amador de Deus

Possui graduação em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (1974), curso de formação de ator (1974), mestrado em Estudo Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2008). É Professora da Universidade Federal do Pará desde 1978, na qual ministra, além de outras disciplinas: História da Arte; História e Teoria do Teatro; Estética. É Atriz e Diretora de Teatro. Atuou como Diretora do Centro de Letras e Artes da UFPA no período de 1989 a 1993. Vice-Reitora da UFPA (1993 a 1997). Ativista do movimento Negro, co-fundadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA - (1980). Membro do Grupo Interministerial de Valorização da População Negra -GTI - (1996 a 2001). Coordenadora do Núcleo de Arte da UFPA (1997a 2001). Implantou e coordenou o Programa de Ação Afirmativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2001 a 2003). Membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros - CADARA. Co-fundadora do Grupo de Estudos Afroamazônico da UFPA (2003). Atualmente é professora adjunto da



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



Universidade Federal do Pará. Membro da CADARA; Coordenadora do Grupo de Estudos Afroamazônicos da UFPA; Coordenadora do Curso de Especialização "Saberes Africanos e Afro-Brasileiros na Amazônia (Latu Sensu); Ex-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores negros-ABPN. Tem experiência na área de Letras, Teatro com experiência em História da Arte; Estética com ênfase em Arte e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, arte, teatro, literatura negro, política de Ação Afirmativa, educação e Afro-Diáspora.

#### BIBLIOGRAFIA

##### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

----- Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005. 236p. (Coleção Educação para todos).  
 ARAÚJO, Eloi Ferreira de. Igualdade racial: ciclo de palestras. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2010.  
 CARVALHO RAMOS, André de. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014.  
 COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2008  
 MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. Desafios do desenvolvimento, São Paulo: IPEA, 2011  
 ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional. Brasiliense: São Paulo, 1994.  
 PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e direito constitucional internacional. São Paulo: Saraiva. 2009  
 SILVA, Tatiana Dias. O estatuto da igualdade racial. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.  
 ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:  
 Acervo das bibliotecas do TJPA e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>7- IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS DECISÕES JUDICIAIS</b>	<b>12h/a</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Analisar o sistema de responsabilidade solidária dos entes federativos e os impactos financeiros da garantia de direitos sociais nas economias locais e regional. Valorizar a construção de sentenças de forma responsável considerando os limites orçamentários do Município e Estado em que exerce a atividade judicante. Avaliar criticamente a repercussão da sua atuação judicante nas políticas públicas governamentais aplicando a legislação de forma consciente.	
<b>EMENTA</b>	
Análise econômica do Direito Público, do Direito Privado e do Processo; Relação entre as decisões judiciais e o orçamento público; Jurisdição, incerteza e Estado de direito; Impacto das decisões judiciais nas áreas de saúde pública e privada, educação, transportes, comunicação, energia, reforma agrária, economia formal e informal, entre outras; Cumprimento efetivo das decisões judiciais e suas conseqüências econômicas; Impacto econômico das decisões judiciais na efetivação de direitos fundamentais; Dimensões teóricas das relações entre Política, Direito e Judiciário; Justiça social, democracia e Judiciário: problemas e desafios.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
-Análise teórico-fundamentais da relação entre direito e economia: Algumas matrizes	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento Nº: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880





constitutivas do diálogo e economia; As múltiplas dimensões da relação entre Economia e Direito; Ordem Econômica e Constituição; - Estudos de casos concretos de impactos econômicos e sociais das decisões judiciais: A função econômico-social da propriedade; Mercado, fornecedor e consumidor; Ordem econômica e meio-ambiente; O custo social do Direito à saúde no Brasil; O serviço público no Brasil e seus impactos extra-normativos.

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como estratégia de ensino, será utilizado o estudo de casos concretos, tendo por base as variáveis econômicas e sociais (4h/a). No tocante a técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas, interativas e dialogadas (8h/a), o estudo de textos teóricos, bem como, debates sobre o conteúdo ministrado. No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury

Leonardo Duarte

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (1984), Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Atualmente é docente do Centro Universitário do Pará e Desembargadora do TRT da 8ª Região.

Juiz de Direito do TJPA

Leonardo Duarte

Juiz de Direito do TJEP. Mestre em ciências jurídico-políticas pela Universidade de Coimbra, Portugal (turma de 2005). Juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal, no período de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2010, atuando no gabinete do ministro Joaquim Barbosa. Foi, também, juiz instrutor do STF, de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2012, com atuação no mesmo gabinete. Foi, ainda, juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, de 1º de agosto de 2012 a 27 de agosto de 2013.

#### BIBLIOGRAFIA

LEAL, Rogério Gesta. Impactos econômicos e sociais das decisões judiciais: aspectos



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



introdutórios. Porto Alegre: Enfam, 2010. 310 p.  
 LOPES, Pedro Câmara Raposo. Judiciário dever refletir sobre os Impactos das Decisões. Artigo publicado em: [www.conjur.com.br/2009](http://www.conjur.com.br/2009)  
 Zylbersztajn, Décio, SZTAJN, Rachel. Direito e Economia: Análise Econômica dos Direito das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.  
 ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:  
 Acervo das bibliotecas do TJPA e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>8- TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	<b>16h/a</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir as alterações trazidas pelo novo CPC de uma forma sistêmica e sua aplicabilidade prática;</li> <li>- Aplicar os institutos jurídico-processuais modificados com o advento no novo CPC na solução dos casos concretos: Intervenção de terceiros. Defesa e Incidentes processuais. - Teoria Geral da Prova e Provas em Espécie;</li> <li>- Aplicar os institutos jurídico-processuais modificados com o advento no novo CPC na solução dos casos concretos Tutelas de Urgência e de Evidência. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Mediação e conciliação;</li> <li>- Aplicar os institutos jurídico-processuais modificados com o advento no novo CPC na solução dos casos concretos: Dos Recursos ao STF e STJ. Execução e cumprimento da sentença;</li> <li>- Realizar julgamentos a partir de treinamento prático com as novas técnicas implementadas advindas com a reforma, levando em consideração o novo contexto legislativo e jurisprudencial;</li> <li>- Julgar/solucionar casos concretos a partir do novo contexto legislativo e jurisprudencial.</li> </ul>	
<b>EMENTA</b>	
Tutela Processual. Intervenção de terceiros. Teoria Geral da Prova e Provas em Espécie. Tutela Sumária. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.. Recursos Ordinários. Dos Recursos ao STF e STJ. Execução e cumprimento da sentença.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<p>1. Intervenção de terceiros; 1.1. Assistência; 1.2 Denúnciação da Lide; 1.3. Chamamento ao Processo; 1.4. <i>Amicus Curiae</i>. 2. Defesa e Incidentes processuais. 2.1. Contestação; 2.2. Exceção de impedimento; 2.3. Exceção de Suspeição; 2.4. Impugnação ao valor da causa; 2.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 3. Teoria Geral da Prova e Provas em Espécie. 3.1. Provas típicas e atípicas; 3.1.1 Testemunhas 3.2. Regras do ônus da prova e inversão do ônus de provar. 3.3. Temas complementares na teoria geral da prova: fatos notórios, confessados ou incontrovertidos; máximas de experiência; provas de direito; 3.4. Procedimento no novo CPC. Questão do incidente de falsidade de documento. 4. Tutela sumária. 4.1 Tutelas de Urgência e de Evidência. 4.2. Medidas satisfativas ou antecipatórias. 4.3. Medidas cautelares. 4.4. <i>Periculum in mora</i>; 4.5. Estabilização da tutela; 4.6. Efeitos. 5. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; 5.1. Conceito; 5.2. Competência; 5.3. Procedimento. 5.3.1. Pedido de Instauração; 5.3.2. Distribuição; 5.3.3. Pedido de informações; 5.3.4. Prazo; 5.3.5. Competência do juízo de admissibilidade e julgamento</p>	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



incidente. 6. Acordo, mediação e conciliação. 6.1. Procedimento do Acordo; 6.1.1. Mudanças no procedimento por convenção entre as partes; 6.1.2. Convenção sobre os ônus, poderes e deveres processuais; 6.1.3. Momento; 6.1.4. Vinculação das partes; 6.1.5. Análise da legalidade das convenções pelo juiz; 6.2. Conciliação; 6.2.1. Momento; 6.2.2. Matérias. 7. Recursos Ordinários; 7.1. Apelação; 7.2. Embargos de declaração; 7.3. Agravo de instrumento – hipóteses de cabimento; 7.3.1. Novo regime da preclusão e antigo agravo retido; 7.3.2. decisões interlocutórias de mérito; 7.3.3. sustentação oral. 8. Dos Recursos ao STF e STJ; 8.1. Regime da instrumentalidade das formas; 8.2. Recurso especial; 8.3. Recurso extraordinário; 8.4. juízo de admissibilidade; 8.5. repercussão Geral; 8.6. Análise sistemática. 9. Execução e cumprimento da sentença; Estudo em especial sobre: 9.1. Apontamentos sobre a Execução de Título Extrajudicial; 9.2. Da Expropriação de Bens. 9.3. Da Penhora e da Fraude à Execução

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO

Como estratégia de ensino, será utilizado o estudo de casos concretos e problematização (4h/a). No tocante a técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas, o estudo de textos teóricos, bem como, debates sobre o conteúdo ministrado (8h/a) e audiência simulada (4h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTES

Henrique Mouta  
Gisele Goes  
Jean Carlos Dias

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



**Henrique Mouta**

Possui graduação (1996), mestrado (2000), doutorado em Direito pela Universidade Federal do Pará (2006) e estágio de pós-doutoramento na faculdade de direito da Universidade de Lisboa (2009). É professor titular da Universidade da Amazônia - UNAMA, do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA e da Faculdade Metropolitana de Manaus - Fametro, É membro da Academia Paraense de Letras Jurídicas, do Instituto dos Advogados do Pará, da Academia Brasileira de Direito Processual Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Processual, procurador do Estado do Pará e advogado, atuando principalmente nas seguintes áreas: pós-graduação, processo constitucional

**Gisele Goes**

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (1994), Mestre/UFPA (2002) e Doutora em Direito Processual Civil - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2007). Professor titular da Universidade Federal do Pará. Procuradora do Trabalho do MPT/8a Região, professora do núcleo de pós graduação - JusPodivm, professora - Luiz Flavio Gomes e membro honorário - Instituto dos Advogados do Pará Jean Carlos Dias

Doutor em Direitos Fundamentais e Relações Sociais pela Universidade Federal do Pará (2006). Mestre em Instituições Jurídico-Políticas pela Universidade Federal do Pará (2002). Pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Unesa Rio de Janeiro (2000). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará (1993), e Atualmente é Advogado, Sócio-Sênior de Bastos & Dias s/s. Professor de Teoria do Direito, Direito Processual Civil, Teoria Geral do Processo e Direito Econômico nos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário do Pará CESUPA onde também coordena o Programa de Pós-graduação em Direito.

**BIBLIOGRAFIA**

- ASSIS, Araken de. *Manual do Processo de Execução*. 10<sup>o</sup> ed. São Paulo: RT, 2006.
- DANTAS, Bruno. *Repercussão geral*. São Paulo : RT, 2009
- DIDIER, BRAGA E OLIVEIRA, Fredie, Paula Sarno e Rafael Alexandria. Curso de direito Processual Civil. 10 ed. Salvador, Jus Podivm, 2015;
- NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios Fundamentais — Teoria Geral dos Recursos* . 5<sup>a</sup> edição. São Paulo : Revista dos Tribunais 2000.
- ASSIS, Araken de. *Manual de Recursos*. Sao Paulo: Revista dos Tribunais;
- ASSIS, Araken de. *Manual do Processo de Execução*. 10<sup>o</sup> ed. São Paulo: RT, 2006.
- CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Precedente judicial como fonte do direito*. São Paulo : RT, 2004.
- DANTAS, Bruno. *Repercussão geral*. São Paulo : RT, 2009.
- DIDIER, BRAGA E OLIVEIRA, Fredie, Paula Sarno e Rafael Alexandria. Curso de direito Processual Civil. 10 ed. Salvador, Jus Podivm, 2015;
- DOTTI, Rogéria Fagundes. *A crise do processo de execução*. Genesis – Revista de Direito Processual Civil n. 2.
- FUX, Luiz. *Tutela de Segurança e Tutela da Evidência – Fundamentos da Tutela Antecipada*. São Paulo : Editora Saraiva, 1996.
- FUX, Luiz. *Tutela de Segurança e Tutela da Evidência – Fundamentos da Tutela Antecipada*. São Paulo : Editora Saraiva, 1996.
- Genesis – Revista de Direito Processual Civil n. 2.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N<sup>o</sup>: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



GRECO, Leonardo. *O Processo de execução*. Rio de Janeiro: Renovar.  
 MITIDIERO, Daniel. *Cortes superiores e cortes supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. São Paulo : RT, 2013.  
 NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios Fundamentais — Teoria Geral dos Recursos* . 5ª edição. São Paulo : Revista dos Tribunais 2000.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>9-TEMAS DE DIREITO PROCESSO PENAL</b>	16 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Identificar a disciplina legal e a orientação jurisprudencial a respeito das prisões cautelares no processo penal brasileiro, a fim de aumentar o repertório do saber fazer jurídico ao caso concreto; Diferenciar os sistemas processuais penais inquisitório e acusatório a partir de seu princípio fundante para empregar devidamente as medidas cautelares conforme o caso requer; Compreender a excepcionalidade da prisão cautelar como instrumento de garantia da persecução penal, e a prevalência da liberdade (com ou sem fiança) no curso do processo; Identificar as hipóteses legais de aplicação das medidas cautelares no processo penal, em especial das diversas modalidades de prisões provisórias para a sustentação de suas decisões. Compreender no o instituto da audiência de custódia; Fomentar a discussão sobre sentença penal e as reformas processuais; Discutir acerca do papel do juiz no que concerne absolvição e a dúvida razoável da incidência excludente de punibilidade ou de antijuridicidade; Ampliar a capacidade de entendimento no que se refere a manutenção ou imposição de prisão preventiva ou medida cautelar; Analisar as Mudanças na <i>mutatio e emendatio libelli</i> , bem como fixação da reparação à vítima e as providências finais. Analisar os critérios legais e jurisprudenciais para aplicação da pena no direito brasileiro; Comparação entre o sistema do Código Penal e Leis Especiais;	
<b>EMENTA</b>	
Sistemas processuais penais inquisitório e acusatório. Conceito de cautelaridade no processo penal. Medidas cautelares pessoais e reais no processo penal e sua disciplina legal. Modalidades de prisões provisórias. Liberdade provisória e fiança. Instrumentalidade e excepcionalidade das prisões provisórias. Audiência de Custódia: estudos e eventual implementação. Sentença penal e reformas processuais – Juiz mais afeto ao papel de julgador. Absolvição e a dúvida razoável da incidência excludente de punibilidade ou de antijuridicidade. Manutenção ou imposição de prisão preventiva ou medida cautelar. Dosimetria da Pena.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<b>UNIDADE I:</b> Da prisão provisória: cautelaridade, jurisdicionalidade, excepcionalidade, provisoriedade e proporcionalidade.	
<b>UNIDADE II:</b> O <i>fumus commissi delicti</i> e o <i>periculum libertatis</i> .	
<b>UNIDADE III:</b> Prisão em flagrante, sua função e espécies de flagrante.	
<b>UNIDADE IV:</b> Flagrante esperado, provocado e diferido; prisão temporária, sua finalidade, pressupostos e prazo de duração.	
<b>UNIDADE V:</b> Prisão preventiva, pressupostos e fundamentos, motivação e revogabilidade.	
<b>UNIDADE VI:</b> A inconstitucionalidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública ou econômica.	
<b>UNIDADE VII:</b> A inconstitucionalidade da prisão preventiva para garantia da ordem pública ou econômica; liberdade provisória: modalidades de liberdade provisória, com e	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em [https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade](https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/)  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



sem fiança.

**UNIDADE VIII:** Sistemas Processuais. Prisão Judicial e em Flagrante na atualidade. Necessidade real da manutenção da custódia inicial na atualidade. Custódia nos sistemas alienígenas.

**UNIDADE XIX:** Implementação da audiência de custódia. Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça. Modelos Sugeridos.

**UNIDADE X:** Dosimetria da pena; Regras Gerais; Aplicação da Pena Privativa de Liberdade; Pena de Multa; Regime Inicial de Cumprimento; Medidas Substitutivas.

**UNIDADE XI:** Sentença: Relatório, fundamentação e componentes pré-decisório. Juiz mais afeto ao papel de julgador. Correta concepção do garantismo.

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como técnicas de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas, como também, debates e discussões dirigidas (8h/a) e estudo de caso (8h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart e quadro branco.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

DA UNIDADE DE ESTUDO: Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

DOS PARTICIPANTES: Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

Desembargadora Nazaré Gouveia

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará atuante nas Câmaras Criminais

#### BIBLIOGRAFIA

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de processo penal: comentários consolidados e jurisprudencial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

\_\_\_\_\_. *Garantias constitucionais na investigação criminal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. JARDIM, Afrânio Silva. *Direito processual penal*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Introdução crítica ao processo penal: fundamentos instrumentalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

\_\_\_\_\_. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. v. I.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. *Curso de processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880





PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.  
 RANGEL, Paulo. *Direito processual penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.  
 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.  
 OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Atlas - 19ª Ed. 2015.  
 NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado* - 13ª Ed. 2014  
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. São Paulo: Saraiva - 35ª Ed. 2013.  
 RANGEL, Paulo. *Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.  
 BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Sentença Penal**. 4. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>10- TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E PSICOLOGIA JUDICIÁRIAS.</b>	50 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Abordar casos concretos envolvendo parâmetros e conceitos da Psicologia Jurídica Praticar os procedimentos técnicos utilizados nas entrevistas com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, baseados na experiência do Tribunal de Justiça do Pará, no programa “Depoimento Acolhedor de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência”; Analisar os fundamentos, princípios e protocolos empregados na entrevista investigativa.	
<b>EMENTA</b>	
I. O Juiz e a Emoção: 1. A saúde mental do Magistrado; 2. Suporte e adaptação ao cargo. II. Psicologia Jurídica: A interface entre a Psicologia e o Direito: dados históricos e conceitos fundamentais. A Psicologia como suporte para a compreensão de fenômenos que envolvem a criança e o adolescente, a família, a violência. A emissão de documentos decorrentes da avaliação psicológica: princípios éticos, técnicos e metodológicos. Os desafios da interdisciplinaridade na formação das equipes multiprofissionais. O trabalho em rede: a intersetorialidade em ação, identificando e construindo parcerias para a garantia dos direitos. III. Assédio Moral. II- Discussão acerca da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. Estudo e aplicação prática dos procedimentos metodológicos utilizados na Técnica de Entrevista Investigativa, adotada na oitiva de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aspectos históricos e conceituais na interface das ciências psicológica e jurídica;</li> <li>- Perspectivas gerais sobre a saúde mental do magistrado;</li> <li>- O assédio moral e os transtornos de personalidade e violência;</li> <li>- Elementos formativos de laudos e pareceres psicológicos;</li> <li>- O papel do psicólogo nas organizações judiciais;</li> <li>- Subsídios fornecidos pelo psicólogo à decisão judicial;</li> <li>- A motivação do juiz para solicitar o estudo psicológico de um caso;</li> <li>- Formas de encaminhamento para intervenção psicossocial: Estudo social, estudo psicológico, estudo psicossocial de fatos e atos intersubjetivos;</li> </ul>	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



- Arbitragem, mediação e conciliação pré processual e processual;
- Outros meios consensuais de solução de conflitos;
- Aproveitamento pelo Poder Judiciário dos atos realizados por outros órgãos;
- As diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO

Como estratégia de ensino, será utilizado o estudo de casos concretos e problematização (20h/a). No tocante a técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas, o estudo de textos teóricos, bem como, debates sobre o conteúdo ministrado (10h/a) e audiência simulada (20h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto

**DOS PARTICIPANTES:** Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

Gilce Tereza Gondim Távora de Albuquerque  
Fabio Póvoa

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Gilce Tereza Gondim Távora de Albuquerque  
Gilce Tereza Gondim Távora de Albuquerque

Psicóloga pela Universidade Federal do Pará (1999), Bacharel em Direito pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (2010), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2003), doutoranda em Direito da Universidade Federal do Pará. Docente Adjunta da Universidade Federal do Pará, ministrando as disciplinas Psicologia Organizacional e Psicologia Jurídica.  
Fabio Póvoa.

Juiz de Direito do TJEP. Possui graduação em Direito pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha (1997). Atualmente é juiz de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Especialista em Direito da Criança e Adolescente pela Universidade Federal do Pará e Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880





**BIBLIOGRAFIA**

BRITO, Leila Maria Torraca (org). **Temas de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

ZIMERMAN, David. & COLTRO, Antonio Carlos Martins (org). **Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica**. Campinas (SP): Millenium, 2002.

CESAR, A. D. (2007). **Depoimento sem dano: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

DOBKE, V. (2001). **Abuso Sexual: A inquirição das crianças, uma abordagem interdisciplinar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor.

FURNISS, Tilman.(1993) **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal** - Porto Alegre, RS; Artes médicas.

HABIGZANG, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). **Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. psicologia: Teoria e Pesquisa**,21, 341-348.

STEIN, L. M. e colaboradores (2010). **Falsas Memórias: Fundamentos científicos, aplicações clínicas e jurídicas**. Porto Alegre: Artmed.

STEIN, L. M., & Nygaard, M. L. (2003). **A Memória em Julgamento: Uma Análise Cognitiva dos Depoimentos Testemunhais**. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. 11, 151 – 164.

STEIN, L. M., Feix, L. F., & Pergher, G. K (2009) **Desafios Da Oitiva De Crianças No Âmbito Forense. Brasília-DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil).

ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:  
Acervo das bibliotecas do TJPA e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
11- ELABORAÇÃO DE DECISÕES E SENTENÇAS E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS	44 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Realizar audiências e técnicas de mediação e de conciliação, com base nos princípios básicos que regem o exercício da prática jurídica; Elaborar atos judiciais em consonância com princípios da lógica argumentativa.	
<b>EMENTA</b>	
Lógica Jurídica. Estruturação Racional das Decisões Judiciais. As diferentes formas de Argumentação. Método de Interpretação e Organização de Despachos, Decisões e Sentenças. Aspectos Práticos dos Despachos, Decisões, Sentenças e Audiências Criminais. Aspectos Práticos dos Despachos, Decisões, Sentenças e Audiências Cíveis. Linguagem Jurídica: Simplicidade, Clareza, Objetividade e Acessibilidade das Decisões Judiciais.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
-O problema jurídico fundamentalmente como um problema social.	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



-As metodologias de abordagem e solução de casos, assim como os caracteres performativos do Sistema Jurídico no Brasil.  
 - O exercício da Técnicas processuais de fundamentação e estruturação das sentenças e decisões judiciais redação esclarecedora da decisão ou sentença, assim como da condução das audiências;  
 - Técnicas processuais de fundamentação e estruturação das sentenças e decisões judiciais.

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como estratégia de ensino, será utilizado o estudo de casos concretos e problematização (12h/a). No tocante a técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas (8h/a), o estudo dirigido de textos teóricos (8h/a), bem como, debates sobre o conteúdo ministrado. Audiência simulada (8h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os alunos-magistrados formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

Charles Menezes De Barros

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará(1997) e especialização em Administração e Planejamento Para Docentes pela Universidade Luterana do Brasil(2003). Atualmente é Juiz de Direito da Tribunal de Justiça do Estado do Pará e professor titular do Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

#### BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Teoria e prática da tutela jurisdicional*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.  
 SLAIBI FILHO, Nagib. *Sentença Cível: fundamentos e técnica*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.  
 ASSIS, Araken de. *Doutrina e prática do processo civil contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.  
 BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. 3 v. São Paulo: Saraiva, 2008.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. *Código de processo penal: comentários e pontos críticos*. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.  
 BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Correlação entre acusação e sentença*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.  
 IBÁÑEZ, Perfecto Andrés. *Valoração da prova e sentença penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.  
 RAMOS, João Gualberto Garcez. *Audiência processual penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.  
 TRISTÃO, Adalto Dias. *Sentença criminal: Prática de aplicação de pena e medida de segurança*. 6. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.  
**ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:**  
 Acervo das bibliotecas da Escola Judicial e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>12- ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA, INCLUINDO GESTÃO PROCESSUAL, DE PESSOAS E ADMINISTRATIVA</b>	36 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Promover a aplicação dos modelos de gestão contemporâneos e comprometidos com a eficiência humanista; Aplicar os princípios básicos da administração judiciária na gestão da vara, de modo a contribuir para uma atuação judicante eficiente e moderna; Operacionalizar procedimentos internos de administração da vara; Favorecer o desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes necessárias ao funcionamento das unidades jurisdicionais, com ênfase nas funções de administrar e liderar na perspectiva da Administração pública; Promover o trabalho em equipe visando a eficiência no serviço; Gerenciar a unidade judiciária de forma eficiente e tendo em vista o cumprimento das metas.	
<b>EMENTA</b>	
I. Gestão Estratégica e Liderança (com foco em resultados). II. Gestão de Pessoas: 1. Administração de Conflitos; 2. Gestão por Acordos; 3. Desenvolvimento de equipes. II. Administração Judiciária: 1. Estrutura do TJPA; 2. Rede de Contatos; 3. Diretoria Geral do TJPA; 4. Secretarias do TJPA; 5. Procedimentos operacionais diversos (utilização e prestação de contas do suprimento através do cartão de despesas, solicitação e prestação de contas de diárias, etc); 6. Administração de Serventias: 6.1. O papel do juiz como gestor de pessoas e processos; 6.2. Gestão de processos através das ferramentas: gestão da comunicação e técnica de feedback, administração do tempo, delegação, técnica de reunião e planejamento; 6.3. Organização e padronização de tarefas; 6.4. Organização do acervo físico de processos: corrente, intermediário e permanente; 6.5. Gestão do atendimento.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
- Modelos contemporâneos de gestão de pessoas; - Habilidades decisórias; - O juiz como gestor: dimensões da competência gerencial: razão, visão e intuição como recursos de liderança; - Liderança e o novo magistrado;	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



- Desenvolvimento de equipes no ambiente de trabalho;  
 - Motivação de Equipes; Relacionamento interpessoal; Gestão de conflitos interpessoais; Administração do Tempo; Matrizes de qualidade administrativa, gestão de processos, planejamento estratégico e gerenciamento de arquivo; Gestão de pessoas com base nas competências técnicas, interpessoais e gerenciais dos serventuários; Planejamento Estratégico do TJPA; Gestão de serventias e sua importância para o bom andamento das atividades judiciais, delimitando os elementos de identificação dos objetivos de desempenho esperado; Gestão de recursos logísticos pertinentes a essas serventias (Lei n.º 8.112/1990, Lei n.º 8.666/1993 e Lei Complementar n.º 101/2000); Contexto de atuação das organizações governamentais; Conceitos e modelos de provisão dos serviços públicos: análise crítica; O orçamento público como fenômeno multifacetado e como componente de uma política de gestão pública.

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como estratégia de ensino, será utilizado o estudo de casos concretos e problematização (12h/a). No tocante a técnica de ensino, serão utilizadas aulas expositivas e dialogadas (8h/a), o estudo dirigido de textos teóricos (8h/a), bem como, debates sobre o conteúdo ministrado. Estudo de Caso (8h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia, flipchart, quadro branco, entre outros.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de aprendizagem um Estudo de Caso realizado individualmente ou em grupo de até 5 alunos que versará sobre o tema proposto pelo professor. Cada grupo discutirá entre si o tema indicado, com base em textos legais, jurisprudenciais e doutrinários, ficando a cargo do professor orientar os grupos e esclarecer as dúvidas. Logo após, haverá o debate do tema com todos os grupos, esse debate será mediado pelo professor. Seguido ao debate os alunos-magistrados deverão preparar e entregar instrumento avaliativo reduzido a termo. Ao final do curso o docente poderá verificar se o aluno-magistrado foi capaz de adequar os conceitos teóricos com a prática profissional atribuindo ao Estudo de Caso os conceitos, ótimo, bom, regular ou insuficiente. Nesta avaliação, serão considerados os seguintes aspectos: aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe. Será emitido um dos seguintes conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTES

Juíza Kátia Parente Sena  
 Caio Marco Berardo

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Magistrada do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Juíza Auxiliar da Presidência, membro do Fórum Fundiário do CNJ.  
 Juiz de Direito do TJEP. Pós graduado em Direito Público pela Escola Superior do Ministério Público em São Paulo.

#### BIBLIOGRAFIA

CAPRONI, Paula J, Treinamento gerencial: como dar um salto significativo  
 CARDOSO, Cármen, CUNHA, Francisco Carneiro da, GUIMARÃES, Fátima.  
 O gerente em ação: remodelagem estratégica da gestão. Recife: Instituto de



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N.º: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em [https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade](https://apps.tjpa.jus.br/signa-autenticidade/)  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



Tecnologia em Gestão, 2005.  
 CARDOSO, Cármen, CUNHA, Francisco Carneiro da, GUIMARÃES, Fátima.  
 Repensando a organização: uma abordagem psicossociológica. Recife:  
 Instituto de Tecnologia em Gestão, 2005.  
 CHIAVENTO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital humano das  
 organizações. 9ª Ed. Editora Campus, 2009.  
 GROUDARD, Benoit. MESTOM, Francis. Empresa em Movimento. Negócio  
 Editora. São Paulo, 2001.  
 MEDEIROS, Rossini de Azevedo. Educador Corporativo – O facilitador do  
 conhecimento organizacional, Editora Paralelo, 2011.  
 URY, William. Supere o não: negociando com pessoas difíceis. Ed. Best  
 Seller, 2005.  
**ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:**  
 Acervo das bibliotecas da Escola Judicial e do Tribunal de Justiça do Estado  
 Do Pará e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>13- CAPACITAÇÃO EM RECURSOS DA INFORMAÇÃO</b>	35 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Aplicar as diversas ferramentas da tecnologia da informação utilizadas dentro do Poder Judiciário paraense;	
Utilizar o Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e utilização de sistemas de gerenciamento de procedimentos: Sistema de Gestão do Processo Judicial, sistemas LIBRA, Projudi, Siga-doc e THEMA e PJe, utilizados no âmbito do TJPA.	
<b>EMENTA</b>	
Bacenjud; Renajud; Infojud ; PJe; Certificação Digital; Receita Federal – RF; Segurança, Estrutura e Projetos da Secretaria de Tecnologia, Informação e Comunicação; Sistemas do Conselho Nacional de Justiça.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
-Protocolos de comunicação e interoperação de sistemas; Categorias e níveis de segurança; Custos envolvidos e sua distribuição entre hardware, software e capacitação de pessoal;	
- Métodos de garantia de autenticidade, integridade e validade de documentos eletrônicos;	
- Interpretação de processos, com suas provas e demais documentos, no meio digital, como substituto do papel;	
- Decodificação da terminologia de informática para juristas, bem como, das arquiteturas de aplicações que podem servir à atividade jurisdicional (meio e fim);	
- Certificação digital e o processo virtual (processo eletrônico em ambiente web);	
- Uso de ferramentas da tecnologia da informação;	
- Conhecimento e aplicabilidade dos Sistemas: Bacenjud, Renajud, Infojud, PJe, Certificação Digital, Receita Federal –RF;	
- Segurança, Estrutura e Projetos da Secretaria de Tecnologia, Informação e Comunicação –SETIC;	
- Sistemas do TJE: Libra, Projud, PJe, Siga-Doc, Thema	
- Sistemas do Conselho Nacional de Justiça.	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



<b>METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO</b>
Como estratégia de ensino, será utilizada aula expositiva com demonstração prática dos sistemas (20h/a). No tocante a prática será realizada a simulação do uso dos bancos de dados e simulação de processos eletrônicos (16h/a).
<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO</b>
<b>DA UNIDADE DE ESTUDO:</b> Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os alunos-magistrados formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.
<b>DOS PARTICIPANTES:</b> Os alunos-magistrados deverão apresentar como instrumento de avaliação final da unidade de estudo, uma atividade prática que consistirá no acompanhamento simulado de processos eletrônicos e de pesquisa de informações nos diversos sistemas de dados. O docente produzirá relatório considerando, além do desempenho observado nas práticas, a aplicabilidade individual do conhecimento ao caso concreto e aplicação do conhecimento adquirido, bem como, assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais em classe, atribuindo-se um conceito: ótimo, bom, regular e insuficiente.
<b>DOCENTES</b>
Juiz Caio Marco Berardo Márcio Góes Do Nascimento
<b>SÍNTESE DOS CURRÍCULOS</b>
Juiz do TJPA Coordenador de Aplicações Tecnológicas TJPA
<b>BIBLIOGRAFIA</b>
Cartilha de Segurança para Internet, versão 3.1 / CERT.br. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006. SIMCSIK, T. Organização, Métodos, Informação e Sistemas. Makron Books, 1992. Lei n. 11.419/2006. Código Civil. Código de Processo Civil. Código de Processo Penal. <b>ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:</b> Acervo das bibliotecas da Escola Judicial e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>14- ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO TJPA</b>	<b>40h/a</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
Conhecer a normatização, o funcionamento e a estrutura administrativa e judiciária do TJPA em sua totalidade, para interagir com o Poder Judiciário do Estado na sua integralidade.	
<b>EMENTA</b>	
Estrutura administrativa e judiciária do TJPA. Funcionamento de suas subseções e unidades judiciárias.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
- A Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará e o Curso de iniciação a Magistratura; - Presidência e Vice-Presidência do TJEPA	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880





- A Secretaria de Administração
- A Secretaria de Gestão de Pessoas
- A Secretaria de Planejamento Coordenação e Finanças
- A Secretaria de Informática
- A Secretaria de Controle Interno
- A Corregedoria Geral e sua atuação;
- A Coordenação dos Juizados Especiais;
- A direção do foro;
- A atuação da Secretaria Administrativa;
- Política de Pessoal do TJPA;
- A Secretaria Judiciária
- Atribuições e atuação na Vara Única
- Atribuições e atuação no Tribunal do Júri
- Atribuições e atuação nos Juizados Especiais
- Atribuições e atuação nos Juizados de Violência Doméstica
- Atribuições e atuação nas Varas de Execução Penal

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO

Como técnica de ensino, será utilizada a aula expositiva e dialogada sobre as normas de organização e funcionamento (20h/a) e visitas técnicas e produção de relatórios (20h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Elaboração de um registro reflexivo individualmente, com o mínimo de 03 (três) e o máximo de 08 (oito) laudas, que será avaliado pelo docente responsável pela unidade de estudo, considerando, além do conteúdo e da aplicabilidade do conhecimento adquirido, os aspectos de pontualidade, assiduidade, relacionamento interpessoal, interesse, postura e participação nas atividades presenciais da classe, atribuindo-se um conceito: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTES

Des. Constantino Augusto Guerreiro - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado  
 Des. Ricardo Ferreira Nunes - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado  
 Des<sup>a</sup>. Luzia Nadja Guimarães Nascimento – Diretora-Geral da Escola Superior da Magistratura  
 Des<sup>a</sup>. Vera Araújo de Souza – Vice-Diretora Geral da Escola Superior da Magistratura  
 Des<sup>a</sup>. Diracy Nunes Alves – Corregedora da Região Metropolitana  
 Des<sup>a</sup>. Maria do Céu Maciel Coutinho – Corregedora do Interior  
 Juíza Ana Angelica Abdulmassih Olegário – Juíza de Direito Auxiliar da Presidência  
 Juiz Caio Marco Berardo – Juiz Coordenador do Curso de Formação Inicial  
 Aníbal Corrêa Pinheiro – Secretário de Administração do TJPA  
 Diogo Oliveira de Brito – Secretário de Gestão de Pessoas do TJPA  
 Maria de Nazaré Rendeiro Saleme – Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA  
 Nilce Longhi Ramôa – Secretária de Informática do TJPA  
 Débora Moraes Gomes – Secretária de Controle Interno do TJPA

#### SÍNTESE DOS CURRÍCULOS

OBS: conforme funções especificadas acima

#### BIBLIOGRAFIA



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N<sup>o</sup>: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



- Código de Organização Judiciária do TJPA  
 - Resoluções do TJPA  
 - Portarias do TJPA  
 - Instruções Normativas do TJPA  
 - Outros documentos orientadores do TJPA  
 ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:  
 Acervo das bibliotecas do TJPA e Internet.

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>15- ATIVIDADE NOTARIAL, REGISTRAL E A FISCALIZAÇÃO NAS COMARCAS</b>	10 h/a
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
<p>Conhecer a dinâmica dos serviços cartoriais e notariais, compreendendo a relevância da fiscalização e sua esfera de competência junto a este setor.            Proceder vinculado a cada área de atuação registral e notarial, sendo capaz de atuar na inspeção de livros, na fiscalização das demandas fundiárias, bem como a atuação dos cartórios na busca de soluções alternativas para os conflitos.            Realizar e fiscalizar correições periódicas.</p>	
<b>EMENTA</b>	
<p>Teoria e Princípio do Direito Notarial e Registral. Dinâmica dos Serviços Notariais e Registrais. Parcelamento. Cartório de Registro de Pessoa Natural e Jurídica. Tabelionato de Protesto e de Notas. Registro Imobiliário. Lei 11.441/07. Responsabilização.</p>	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<p>1.A atividade jurídica extrajudicial: função pública e papel jurídico-social;            2.Direito Notarial: Definição e aplicação no direito hodierno;            3.A formação do notário e o desempenho da atividade no ordenamento jurídico;            4.Atribuições do Cartório de Notas: autenticação documental; reconhecimento de firmas; procurações e escrituras públicas; atas notarias; testamentos públicos inventário, partilha e divórcio consensuais;            5.Escrituras Imobiliárias;            6.A Lei 8935/94 e sua aplicação no âmbito extrajudicial;            7.Atos judiciais e sua repercussão na atividade notarial; os atos notariais e sua repercussão na atividade judicial. 7.1. Princípios e fundamentos de registros públicos;            7.2. Os livros do registro de imóveis; 7.3. Emolumentos e a TSNR; 7.4. Qualificação jurídica dos títulos submetidos ao registro de imóveis; 7.4.1. Possibilidade de qualificação dos títulos judiciais; 7.4.2.A competência do Oficial do Registro de Imóveis no exame dos títulos judiciais; 7.5. A adjudicação compulsória e o registro de imóveis; 7.6. A carta de arrematação e o seu registro; 7.7. A declaração da fraude à execução – Consequências e aspectos registrais; 7.8. Penhora; 7.8.1. A penhora e a transmissão do bem penhorado; 7.8.2.A penhora e seu registro – Eficácia da penhora no processo trabalhista; 7.8.3.O cancelamento do registro de penhora; 7.8.4.O registro da penhora a partir da Lei 8.953/94; 7.8.5; Necessidade para prevalecer frente a terceiros que não integram a relação processual, salvo prova de má-fé do adquirente;            8. A sentença de usucapião e o registro de imóveis;            9. Fraude à execução, registro imobiliário e boa-fé objetiva;            10.Reflexos do inventário e partilha no registro;            11. Medidas cautelares e o registro de imóveis.</p>	
<b>METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICOPEDAGÓGICO</b>	
Como técnica de ensino, será utilizada a aula expositiva e dialogada sobre as normas de	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880





organização e funcionamento (10h/a). No que se refere aos recursos didáticos, serão empregados o projetor de multimídia

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**DA UNIDADE DE ESTUDO:** Após o encerramento da unidade de estudo será distribuído entre os cursistas formulário de avaliação de reação, a fim de que atribuam conceitos ótimo, bom, regular ou insuficiente, conforme explicitado as páginas desse projeto.

**DOS PARTICIPANTES:** Elaboração de um registro reflexivo individualmente, com o mínimo de 03 (três) e o máximo de 08 (oito) laudas, que será avaliado pelo docente responsável pela unidade de estudo, considerando, além do conteúdo e da aplicabilidade do conhecimento adquirido, os aspectos de pontualidade, assiduidade, relacionamento interpessoal, interesse, postura e participação nas atividades presenciais da classe, atribuindo-se um conceito: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

#### DOCENTE

Des<sup>a</sup>. Diracy Nunes Alves – Corregedora da Região Metropolitana

Des<sup>a</sup>. Maria do Céu Maciel Coutinho – Corregedora do Interior

Juíza Ana Angelica Abdulmassih Olegário – Juíza de Direito Auxiliar da Presidência

#### SÍNTESE DO CURRÍCULO

Des<sup>a</sup>. Diracy Nunes Alves – Corregedora da Região Metropolitana

Des<sup>a</sup>. Maria do Céu Maciel Coutinho – Corregedora do Interior

Juíza Ana Angelica Abdulmassih Olegário – Juíza de Direito Auxiliar da Presidência

#### BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. Registro de Imóveis, Retificação de Registro e Georreferenciamento: Fundamento e Prática.

BRANDELLI, Leonardo. Direito Civil e registro de imóveis – São Paulo: Método, 2007.

COSTA, Sebastião Rodrigues da. Registro de Imóveis: roteiro registral imobiliário – Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

DENARDI, Volnei Luiz. Execuções judicial e extrajudicial no sistema financeiro da habitação – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FOLLE, Francis Perondi. Georreferenciamento de imóvel Rural. Doutrina e Prática no Reistro de Imóveis. São Paulo: QuartierLatin, 2010.

DIP, Ricardo e JACOMINO, Sérgio. Registro Imobiliário Dinâmica Registral – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LIMA, Frederico Henrique Viegas de. Condomínio em Edificações – São Paulo: Saraiva, 2010.

MEZZARI, Mario Pazutti. Condomínio e Incorporação no Registro de Imóveis – Porto Alegre: Norton, 2010.

PILATTI, Marlou Santos Lima. Manual Prático de Incorporação Imobiliária – Curitiba: Juruá, 2004.

SANTOS, Francisco Cláudio de Almeida. Direito do Promitente Comprador e Direitos Reais de Garantia – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SARMENTO FILHO, Eduardo Sócrates Castanheira. Direito Registral Imobiliário – Curitiba: Juruá, 2013.

SARMENTO FILHO, Eduardo Sócrates Castanheira. Loteamento Fechado ou Condomínio de Fato – Curitiba: Juruá, 2009

ACESSO À BIBLIOGRAFIA INDICADA:

Acervo das bibliotecas do TJPA e Internet.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N<sup>o</sup>: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSÂNGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



## VISITAS E INTERAÇÃO COM PROJETOS E ATIVIDADES DO TJE

16. Sistema Penitenciário e Prisional no Pará Visita a Penitenciária Masculina Visita a Penitenciária Feminina	4h
17. Interatividade com outras Instituições	4h
18. Projetos do Tribunal de Justiça Ribeirinho Cidadão, Verão Com Justiça, Feiras e outros	4h
19. Mídia e Relações com a Imprensa	6h

DISCIPLINA/UNIDADE DE ESTUDO	CARGA HORÁRIA
<b>ATIVIDADE JUDICANTE</b>	<b>220h/a</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	
<p>Conhecer o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em termos da sua gestão administrativa e gestão de pessoas;</p> <p>Explorar as relações propícias aos ambientes corporativos e institucionais, dada a natureza social do serviço que o Poder Judiciário presta à comunidade;</p> <p>Conduzir audiências adotando postura de respeito, de autoridade e de cortesia de acordo com as circunstâncias, prezando pela atitude humanista com o jurisdicionado e ética com advogados e membros do MP;</p> <p>Relacionar-se com respeito recíproco, escuta ativa, transparência, imparcialidade, debate produtivo com os demais sujeitos intervenientes na jurisdição, como partes, membros do Ministério Público, advogados, procuradores e servidores;</p> <p>Utilizar o Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e utilização de sistemas de gerenciamento de procedimentos: Sistema de Gestão do Processo Judicial, sistemas LIBRA, Projudi, Siga-doc e THEMA e PJe, utilizados no âmbito do TJPA;</p> <p>Elaborar de decisões, sentenças, realização de audiências e técnicas de mediação e de conciliação, consonante com o sistema jurídico nas esferas nacional, regional e local;</p> <p>Gerir a respectiva unidade judiciária, de acordo com a ordem de prioridade dos processos, domínio dos mecanismos de racionalização e recursos da informação internos e externos</p> <p>Decidir conforme as bases doutrinárias dos principais autores do juspositivismo e do pos-positivismo acerca dos métodos de construção da decisão judicial, considerando a realidade sócio-econômica regional e local;</p> <p>Exercer a função judicante a partir da concepção interdisciplinar e multidisciplinar das relações jurídicas;</p> <p>Analisar a influência de diferentes premissas constitucionais, econômicas, sociológicas, psicológicas, filosóficas e éticas na aplicação do Direito;</p> <p>Propor soluções para os casos concretos vivenciados no Tribunal, a partir dos conteúdos e práticas aprendidos;</p> <p>Discutir casos concretos envolvendo parâmetros e conceitos da psicologia Jurídica;</p> <p>Aplicar fundamentos da Psicologia no campo do Direito, estimulando uma visão analítica por parte dos magistrados ingressantes;</p> <p>Praticar os procedimentos técnicos utilizados nas entrevistas com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, baseados na experiência do Tribunal de Justiça do Pará, no programa “Depoimento Acolhedor de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência”;</p>	



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



Analisar os fundamentos, princípios e protocolos empregados na entrevista investigativa;  
 Conhecer e aplicar os princípios básicos da administração judiciária na gestão da vara, de modo a contribuir para uma atuação judicante eficiente e moderna;  
 Analisar o sistema de responsabilidade solidária dos entes federativos e os impactos financeiros da garantia de direitos sociais nas economias locais e regional;  
 Valorizar a construção de sentenças de forma responsável considerando os limites orçamentários do Município e Estado em que exerce a atividade judicante;  
 Avaliar criticamente a repercussão da sua atuação judicante nas políticas públicas governamentais aplicando a legislação de forma consciente;  
 Aplicar a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito da Justiça estadual;

#### EMENTA

Identificar normas e orientações institucionalmente valorizadas para a atuação judicante, especialmente no que tange à conduta profissional, realização de audiências, elaboração dos pronunciamentos judiciais, bem como relacionamento institucional

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Identificar metodologia de trabalho a ser adotado pela serventia; organização cartorária, trâmite dos processos; sistemática da pauta eletrônica e das cargas; elaboração de documentos; juntada de peças, tempos estimado para a realização dos atos; controle dos dados estatísticos, etc.
- Executar os procedimentos atinentes as audiências, bem como desempenhar os comportamentos e atitudes recomendadas pelos juízes preceptores.
- Postura do juiz em audiência; audiência sumária; audiência de conciliação; audiência de instrução e julgamento; audiência no juízo de família.
- Trato com representantes do Ministério Público, defensores públicos, advogados, partes e servidores

#### METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO

- A Escola da Magistratura designou 28 (vinte e oito) Juizes de Direito, para atuarem como Juizes Preceptores, os quais estão responsáveis, pelo acompanhamento de em média 3 alunos-magistrados cada um.
- Os juizes preceptores mantêm contato direto com os cursistas e estão responsáveis por orientar os alunos-Magistrados na discussão do objeto dos processos e na avaliação conjunta das minutas de sentença feitas por cada aluno-magistrado
- Cada magistrado do TJP, docente do módulo das disciplinas teóricas é voluntário para também orientar os cursistas gerando uma intensa rede de contatos e conhecimentos entre os magistrados das mais diversas áreas de atuação do TJP.
- os alunos-magistrados realizarão rodízio em varas cíveis, fazendárias, criminais e outras.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
 Documento Nº: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
 Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
 Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



DOCENTES
Alexandre Hiroshi Arakaki
Caio Marco Berardo
Carla Sodré
Célio Petronio D'Anunciação
Charles Menezes Barros
Claudia Regina Moreira Favacho
Claudio Hernandes Silva Lima
Cristiano Arantes e Silva
Eduardo Antônio Martins Teixeira
Elaine Neves de Oliveira
Fabio Penezi Povoá
Gabriel Veloso de Araujo
Gerson Marra Gomes
João Batista Lopes do Nascimento
Jose Ronaldo Pereira Sales
José Leonardo Pessoa Valença
Josineide Gadelha Pamplona
Kátia Parente Sena
Lucas do Carmo de Jesus
Marcelo Andrei Simão Santos
Marcus Alan de Melo Gomes
Manoel Carlos de Jesus Maria
Priscila Mamede Mousinho
Rafael da Silva Maia
Valdeise Maria Reis Bastos
Vanessa Ramos Couto
Vanessa Barbosa Figueiredo
Juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
BIBLIOGRAFIA
ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISSO 10015 – Gestão da Qualidade – Diretrizes para Treinamento. ABNT, 2001.
EBOLI, Marisa. Educação Corporativa no Brasil: Mitos e Verdades. São Paulo: Editora Gente, 2004.
MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
Para secretariar o curso e auxiliar os Juízes coordenadores, serão designados servidores da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Escola da Magistratura do TJPA.

### 5. PROPOSTA METODOLÓGICA

Ao longo do curso acontecerá a exposição pelo professor, intercalada com espaços para discussão de casos concretos, identificados na realidade laboral do TJPA. A metodologia utilizada será predominantemente baseada em atividades práticas com simulações e estudos de casos específicos e aplicação prática das regras processuais de acordo com situações hipotéticas expostas.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



## 6. AVALIAÇÃO

### 6.1.1. Avaliação do curso e professora

Sobre o **curso** será realizada com base nos seguintes quesitos:

O conteúdo ministrado satisfaz à expectativa de sua utilização para a atividade prática?

A carga horária do curso foi satisfatória?

As técnicas tratadas no curso satisfazem às exigências diárias de exercício funcional dos servidores?

O sistema de avaliação dos cursistas permitiu revelar suficientemente o grau de conhecimento que cada um obteve em relação às técnicas de entrevista?

O material utilizado permitiu aos cursistas acompanharem as aulas e a assimilarem adequadamente os assuntos tratados?

Em face de cada quesito, a avaliação será expressa nos seguintes conceitos:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

Sobre a **ministrante** pelos cursistas será realizada com base nos seguintes quesitos:

a) A exposição acerca do aspecto prático e do conteúdo de técnicas de entrevista investigativa foi clara e assimilável?

b) O ministrante cumpriu o conteúdo programático do curso de forma satisfatório?

c) Houve boa integração entre os cursistas e a ministrante?

Em face de cada quesito, será expressa da seguinte maneira:

- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

Sobre o **curso pela ministrante** Será realizada com base nos seguintes quesitos:

a) As instalações foram satisfatórias às atividades?

b) O material disponibilizado foi adequado às aulas?

c) Os instrumentos de informática funcionaram de modo satisfatório no decorrer das aulas?

d) O planejamento atendeu aos objetivos do curso?

e) O desempenho da coordenação do curso foi satisfatório?

Em face de cada quesito, será expressa da seguinte maneira:



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento Nº: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



- (1) totalmente satisfeito;
- (2) satisfeito;
- (3) insatisfeito;
- (4) totalmente insatisfeito.

#### 6.1.2. Avaliação de Aprendizagem – tipos, critérios e prazos

A avaliação será processual, considerando a especificidade de cada disciplina conforme especificado abaixo:

- a) Participação do educando-magistrado nas discussões em sala;
- b) Análise de caso;
- c) Debate;
- d) Registro reflexivo;
- e) Relatórios.

Consiste, também, na aferição dos seguintes elementos de conduta discente:

1. assiduidade;
2. pontualidade;
3. relacionamento interpessoal;
4. interesse;
5. participação (atividades presenciais).

O resultado da avaliação a respeito do desempenho dos cursistas será expresso pelos seguintes parâmetros numéricos e conceitos:

- 0,0 – 2,4: INSUFICIENTE;  
2,5 – 3,4: REGULAR;  
3,5 – 4,4: BOM;

#### 6.1.3. Atividade para avaliação final:

O educando-magistrado ao final do curso realizará um estudo de caso. Para a análise do caso, deverá proceder da seguinte forma:

- 1) Identificar o problema apresentado, relacionado com um dos temas abordados no curso, de forma que tenha vínculo com a atividade profissional e que caiba intervenção do magistrado;
- 2) Descrever as principais alternativas encontradas para a solução do caso;
- 3) Analisar, criticamente, a solução encontrada para o problema, apontando as vantagens e desvantagens de cada tipo de solução possível;



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55



TMP1291388



PAMEM201714880



4) Posicionar-se em relação a uma das alternativas encontradas para a solução do caso, desenvolvendo, do ponto de vista da efetividade do trabalho, os fundamentos para a solução do problema.

**6.1.3.1. Critérios de avaliação da atividade final:**

O avaliação do estudo de caso será expresso pelos seguintes parâmetros numéricos e conceitos:

0,0 – 2,4: INSUFICIENTE;

2,5 – 3,4: REGULAR;

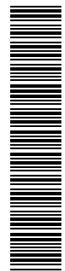
3,5 – 4,4: BOM;

**6.2. Definição dos prazos:**

As atividades serão realizadas em sala de aula, no decorrer do curso.



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N<sup>o</sup>: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388




PAMEM201714880

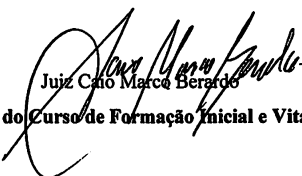


Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55

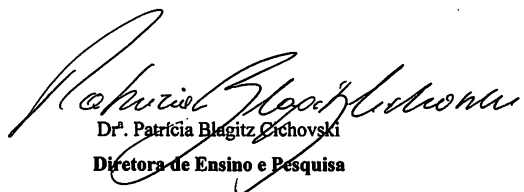




  
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento  
**Diretora Geral**

  
Juiz Caio Marco Berardo  
**Coordenador do Curso de Formação Inicial e Vitaliciamento**

  
Drª Adria Bassalo Afonso  
**Secretária Geral**

  
Drª Patrícia Blagitz Cichovski  
**Diretora de Ensino e Pesquisa**



Assinado digitalmente por PATRICIA KRISTIANA BLAGITZ CICHOVSKI.  
Documento N°: 1291388.6998318-2864 - consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/siga-autenticidade/>



TMP1291388



PAMEM201714880



Assinado digitalmente por CILENE BRITO ANCHIETA(token), conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.  
Use 1292389.7016610-6214 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>  
Documento gerado por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS \*Data e hora: 20/04/2022 15:55

